



CONVITE

PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA

Nos termos e para os efeitos previstos no artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos, convida-se V.Ex.^a a apresentar proposta relativa a:

AQUISIÇÃO CONTINUA DE DIVERSO MATERIAL PARA A CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DA REDE GERAL DE ÁGUAS PARA O PERÍODO DE 12 MESES

1. **Entidade adjudicante:** Município de Alfândega da Fé, Largo D. Dinis, 5350-045, Alfândega da Fé, tel.279468120.
2. **Órgão que tomou a decisão de contratar:** O Presidente da Câmara Municipal, através do despacho datado de 05 de junho de 2020, tendo presente as competências que decorrem da lei no âmbito da autorização de despesa.
3. **Fundamento da escolha do procedimento de consulta prévia:** De acordo com as disposições conjugadas do artigo 18.º e do artigo 20.º, n.º 1, alínea c), do CCP, a escolha do procedimento de consulta prévia é feita tendo por base o valor do contrato.
4. **Documentos que devem acompanhar a proposta:**
 - I. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I, de acordo com o art.º 55º do CCP, ao presente convite, a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - II. Documento que contenha o preço proposto de acordo com o concorrente se dispõe a contratar.
 - III. O preço da proposta, que deve incluir todos os encargos inerentes ao objeto do contrato a celebrar, são indicados em algarismos;
 - IV. Deverão ser (apresentados preços unitários, para os bens identificados no Anexo I, do caderno de encargos), do presente procedimento.
5. **Modo de apresentação de proposta:**
 - I. A proposta e demais documentos que a constituem serão redigidos em língua portuguesa;
 - II. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o fazer.
6. **Prestação de caução e admissão de propostas variantes:** não é exigida a prestação de caução, e não é admitida proposta variante.
7. **O critério de adjudicação e os eventuais fatores e subfactores:**

1. O critério de adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa, tendo por base a avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, nos termos do previsto na alínea b) do n.º 1 e n.º 3 do artigo 74.º do CCP.

2. Nos termos do disposto nos n. (s) 4 e 5 do artigo 74.º do CCP, estabelece-se como critério de desempate, o sorteio, a desenrolar nos termos seguinte:

2.1. O sorteio é público e presencial, em cujo ato participam todos os elementos efetivos do júri, bem como todos os representantes dos concorrentes que assim o entendam, credenciados para o efeito, no sentido da sua efetiva identificação.

2.2. Do sorteio será lavrada ata, assinada por todos os elementos do júri e demais representantes dos concorrentes presentes, sendo que na recusa de qualquer dos representantes dos concorrentes, da ata constará referência ao incidente;

2.3. O sorteio será, por regra, realizado pelas 10.00 horas do dia a notificar no relatório preliminar, sempre até ao terceiro dia útil seguinte ao da notificação do mesmo e decorridas que sejam 24 (vinte e quatro) horas corridas da referida notificação, a ter lugar na sala de reuniões dos serviços técnicos da câmara Municipal de Alfândega da Fé, localizada no 1.º andar do Edifício Central da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, sito na Rua D. Dinis n.º14, em Alfândega da Fé;

2.4. O sorteio é puro, sem condicionantes, e obedecerá ao tipo “sorteio de bolas”, nos termos da metodologia seguinte:

a. Serão colocadas bolas de cores diferentes, incluindo bola branca e bola preta, em saco preto, não passível de ser vislumbrado o seu conteúdo;

b. O número de bolas inserido será correspondente ao número de propostas a desempatar, incluindo logo, como regra, a priori, a bola branca e a bola preta;

c. Para efeitos da extração das bolas do saco, a ordenação dos concorrentes é estabelecida pela seriação da ordem de apresentação das respetivas propostas na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante;

d. Cada concorrente apenas terá direito a extrair uma única bola do saco, cumprindo aos elementos do júri que apenas seja possível aos concorrentes a extração daquela, sendo que na ausência, ou recusa, de representante de qualquer concorrente cumprirá ao presidente do júri a extração da bola em substituição daquele;

e. Para efeitos de ordenação das propostas, a cor das bolas terá a seguinte valoração:

1.ª Posição: Proposta do concorrente que extrair a bola branca;

2.ª Posição: Proposta do concorrente que extrair a bola preta;

3.ª Posição: Proposta do concorrente que extrair a bola azul.

4. Posição: Proposta do concorrente que extrair a vermelha.

5. Posição: Proposta do concorrente que extrair a verde.

6. Posição: Proposta do concorrente que extrair a rocha.

7. Posição: Proposta do concorrente que extrair a cinzenta.

8. Posição: Proposta do concorrente que extrair a laranja.

2.5. Para efeitos do disposto em b., caso o número de propostas a desempatar seja igual a 2, as bolas a inserir serão apenas a bola branca e a bola preta; sendo superior será efectuado pelo ordenamento indicado na alínea e).

2.8. Depois de anunciados, pelo presidente do júri, os resultados, o sorteio é dado por encerrado.

8. Preço ou custo anormalmente baixo:

Para efeitos do disposto nos números 1 e 2 do artigo 71.º do CCP, o preço de uma proposta é considerado anormalmente baixo quando o preço da proposta for 30% (trinta por cento) inferior em relação à média dos preços das propostas admitidas.

9. Entrega da proposta e prazo:

A proposta e os documentos que a constituem devem ser apresentados através de meio de transmissão eletrónica de dados, designadamente cmafe.ccp.alfandega@gmail.com e preferencialmente encriptada, tendo o (s) interessado (s) de enviar código de acesso, até às 12:30h; após o término para a apresentação da proposta (11.º dia).

10. Prazo para apresentação da proposta: 10 (dez) dias e até às 23:59 do último dia, seguidos a contar da data do envio do presente convite.

11. Negociação: O presente procedimento não será sujeito a negociação.

12. Esclarecimentos:

Nos termos do artigo 116.º do CCP os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, até ao dia anterior ao termo do prazo fixado para apresentação da proposta.

Em conformidade com o disposto no artigo 125.º do CCP, compete aos serviços da entidade adjudicante pedir esclarecimentos sobre a proposta apresentada, podendo o concorrente ser convidado a melhorar a sua proposta.

13. Decisão de adjudicação e apresentação de documentos:

Cumpridas as formalidades previstas nos pontos anteriores, a entidade adjudicante procede à adjudicação da proposta.

O adjudicatário deve apresentar, no prazo máximo de cinco dias úteis a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos:

Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II (alínea a), do n.º 1, do artigo 81.º do CCP).

Tendo em vista a supressão de eventuais irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, poderá ainda ser concedido pela entidade adjudicante um prazo de cinco dias úteis, em cumprimento do preceituado na alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP.

Alfândega da Fé, 16 de junho de 2020.

O Presidente Câmara Municipal:

Eduardo Tavares em 16-06-2020



(Eduardo Manuel Dobrões Tavares)


CADERNO DE ENCARGOS
PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA
AQUISIÇÃO CONTINUA DE DIVERSO MATERIAL PARA A CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DA REDE GERAL DE ÁGUAS PARA O PERÍODO DE 12 MESES
Capítulo I
Disposições gerais
Cláusula 1.ª
Objeto e características do serviço

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no âmbito da consulta prévia, que tem por objeto principal a “aquisição contínua de diverso material para a conservação e reparação da rede geral de águas para o período de 12 meses”, de acordo com as características dos materiais identificadas no Anexo I, parte integrante do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª
Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.

O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª
Gestor do contrato

1. A entidade adjudicante designará um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, podendo ser-lhe delegados poderes para a adoção das medidas corretivas que se revelem adequadas, no caso de detetar desvios, defeitos, ou outras anomalias na execução do contrato, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato.

2. A indicação do gestor do contrato, em nome da entidade adjudicante deve constar do clausulado do contrato, nos termos do disposto na alínea i), do n.º 1, do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.